

Tania Suely Azevedo Brasileiro  
Juracy Machado Pacífico  
Organizadoras

# **EDUCAÇÃO PARA A AMAZÔNIA:** estudos e pesquisas em movimento

1ª edição

Santarém-PA, 2021

 **Rosivan**  
Diagramação & Artes Gráficas

© Tania Suely Azevedo Brasileiro e Juracy Machado Pacífico (Organizadoras) 2021.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Projeto Gráfico e Diagramação  
Rosivan Diagramação & Artes Gráficas

Catálogo da Publicação na Fonte.

Educação para a Amazônia: estudos e pesquisas em movimento [recurso eletrônico] / Tania Suely Azevedo Brasileiro e Juracy Machado Pacífico (organizadoras). – Santarém, PA: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

1 PDF.

ISBN 978-65-994437-0-1

1. Educação. 2. Amazônia. 3. Pesquisa. I. Brasileiro, Tania Suely Azevedo. II. Pacífico, Juracy Machado.

CDU 37

E24

Elaborada por Verônica Pinheiro da Silva CRB-15/692.

Publicação viabilizada pela Universidade Federal do Oeste do Pará – Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia – Doutorado em Rede (EDUCANORTE/PGEDA) - Polo Santarém/UFOPA.

O conteúdo deste livro é de exclusiva responsabilidade dos autores.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>10</b>
UNIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE: UM ESTADO DO CONHECIMENTO <i>Gilvânia Plácido Braule</i> <i>Tânia Suely Azevedo Brasileiro</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>25</b>
CORPOREIDADE E FORMAÇÃO HUMANA: COM O CORPO, DESDE O CORPO E ATRAVÉS DO CORPO <i>Ana Hilguen Marinho Pereira</i> <i>Hergos Ritor Froes de Couto</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>37</b>
REFLETINDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UM OLHAR SOBRE AS PESQUISAS <i>Hector Renan da Silveira Calixto</i> <i>Tânia Suely Azevedo Brasileiro</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>55</b>
SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NOTAS PARA REFLETIR SOBRE A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO <i>Amadeu de Farias Cavalcante Jr.</i> <i>Nelcilene da Silva Palhano Cavalcante</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>74</b>
PENSAMENTO COMPUTACIONAL, TDIC E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES <i>Gilson Pedroso dos Santos</i> <i>José Ricardo e Souza Mafra</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>86</b>
EDUCAR PARA A INFORMAÇÃO: INCURSÕES TEÓRICAS INICIAIS <i>Márcio Darlen Lopes Cavalcante</i> <i>José Ricardo e Sousa Mafra</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>95</b>
O “VELHO” NO “NOVO NORMAL” PÓS PANDÊMICO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR <i>Gilson Cruz Junior</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>105</b>
A AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A PROMOÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTO AMAZÔNICO <i>Lilian Aquino Oliveira</i> <i>Tânia Suely Azevedo Brasileiro</i>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>119</b>
O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REGIÃO NORTE: REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO EXTERNA <i>Nara Cláudia Alvaredo da Cruz</i> <i>Maria Lília Imbiriba Sousa Colares</i> <i>Maria Anjos Rombo Rodrigues da Costa</i>	

<b>CAPÍTULO 10</b> .....	130
O USO DE TDIC NOS PROCESSOS EDUCATIVOS: REFLEXÕES HISTÓRICO-CULTURAIS A PARTIR DA ESCOLA PÚBLICA	
<i>Patrícia Ferreira Miranda</i>	
<i>Marli Lúcia Tonatto Zibetti</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	142
VIGOTSKI, ELKONIN E A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA DE PAPÉIS SOCIAIS	
<i>Géssica de Aguiar Lima</i>	
<i>Sinara Almeida da Costa</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	156
ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DOS PERIÓDICOS NORTE E NORDESTE (FEPAE/NNE)	
<i>Glaucilene Sebastiana Nogueira Lima</i>	
<i>Maria Lília Imbiriba Sousa Colares</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	168
O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO AMAZONAS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS	
<i>Ivanete Franco dos Santos</i>	
<i>Rosângela de Fátima Cavalcante França</i>	
<i>Eulina Maria Leite Nogueira</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	180
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE EM ESCOLAS DO CAMPO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O PROJETO SEIVA	
<i>Iata Anderson Ferreira de Araújo</i>	
<i>Solange Helena Ximenes-Rocha</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	189
AS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS NA EDUCACAO BRASILEIRA E OS DIFERENCIAIS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	
<i>Manoel Ednaldo Rodrigues</i>	
<i>Anselmo Alencar Colares</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	203
PARA UMA LEITURA MARXISTA DO RACISMO NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES	
<i>Tarciso Pereira da Silva Júnior</i>	
<i>Juracy Machado Pacífico</i>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	213
POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO DE IMIGRANTES HAITIANOS EM RONDÔNIA: ALGUMAS NOTAS	
<i>Marcia Machado de Lima</i>	
<i>Maria José Ambrósio dos Reis Peters</i>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	225
A OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE (RO): A FRONTEIRA AGRÍCOLA ENTRE A TEORIA DAS FRENTES E DA DINÂMICA INOVATIVA	
<i>Claudinei Frutuoso</i>	
<i>Antônio Carlos Maciel</i>	

# CAPÍTULO 7 - O “VELHO” NO “NOVO NORMAL” PÓS PANDÊMICO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Gilson Cruz Junior<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Em 2020, o mundo foi pego de surpresa pela emergência de um vírus que deixou a sociedade em estado de assombro e alerta. Países de todo o planeta se curvaram à ferocidade da COVID-19, agente infeccioso cujo poder de disseminação e letalidade paralisou o cotidiano de bilhões de pessoas, impondo a necessidade de uma implementação ampla e urgente de medidas de distanciamento social. Trata-se de um quadro pandêmico que não apenas desencadeou uma crise sanitária que têm colocado à prova os sistemas saúde, mas que também estabeleceu um clima de incerteza em diferentes setores e áreas de atuação.

O coronavírus e suas consequências estão no centro dos holofotes. Monopolizam atenções tanto nos grandes meios de comunicação, quanto no campo acadêmico. Neste, em particular, pesquisadores e especialistas têm envidado esforços para reconhecer e analisar todas as facetas relevantes da pandemia sob a ótica de suas respectivas disciplinas. Ademais, os efeitos desse magnetismo também podem ser percebidos em mudanças recentes ocorridas em nosso vocabulário. Desde a ascensão do coronavírus, este já absorveu uma série de novos termos criados, popularizados ou apenas ressignificados com o propósito de nos ajudar a dar sentido à realidade pandêmica, tais como: “*home office*”, “biossegurança”, “grupo de risco”, “aulas remotas”, “quarentena”, “estado de calamidade”, “EPI (equipamento de proteção individual)”, “transmissão comunitária”, “*lockdown*”.

Entre todas as expressões consagradas ao longo desse período, algumas são dignas de atenção especial, como o “novo normal”. Habitualmente, essa ideia tem sido evocada com a intenção de demarcar a redefinição geral das condições de continuidade segura e sustentável de atividades essenciais à sobrevivência da espécie humana. Não obstante, a julgar por seus usos mais correntes no debate público, o “novo normal” é uma categoria que se revela mais complexa do que parece, frequentemente cumprindo uma dupla função: 1) descritiva – identifica e caracteriza os padrões de comportamento que emergem em resposta ao surto de COVID-19; e 2) normativa – prescreve e advoga em favor de transformações e “soluções” a serem implementadas durante e, sobretudo, depois da pandemia. Nesse caso, o “novo normal” se sustenta no pressuposto de que o coronavírus representa um acontecimento paradigmático que trouxe implicações inevitáveis e irreversíveis para a vida social e para o funcionamento das instituições.

---

<sup>1</sup> Mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente é professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (ICED/UFOPA) e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFOPA). E-mail: gilsu05@gmail.com

Todavia, a construção de uma nova “normalidade” não é uma ciência exata, já que incita o confronto entre diferentes projetos de sociedade e, por consequência, configura um campo próprio de disputas de poder e interesse. Ao atuar como instrumento para legitimar imagens díspares de futuro, o “novo normal” insinua sua dimensão ideológica, operando como estratégia para universalizar perspectivas de mundo particulares (e nem sempre compatíveis). Desse modo, é fundamental submeter as narrativas nesse território à problematização e análise sistemática.

Este ensaio apresenta fragmentos do “novo normal” da educação superior surgidos em resposta ao coronavírus, descrevendo alguns dos prognósticos em que são esboçados efeitos e implicações da pandemia para as universidades. A base para essa reflexão é o artigo “*Reimagining the new pedagogical possibilities for universities for post-COVID-19*” (Reimaginando as novas possibilidades pedagógicas para as universidades pós COVID-19), publicado em 2020 no periódico *Educational Philosophy and Theory*. Em meio à profusão de relatos sobre o assunto, o trabalho em questão destoa pela tentativa de constituir uma leitura ampliada e diversa sobre o horizonte educacional, reunindo 30 pesquisadores de universidades da Europa, Américas do Norte e Latina, África, Ásia e Oceania. Além da pluralidade regional, o *paper* se organiza em breves comentários feitos individualmente por todos professores convidados sobre o presente e o futuro da educação superior, constituindo um mosaico multidisciplinar que reúne campos como a filosofia da educação, didática e metodologia do ensino, sociologia e história da educação, tecnologias educacionais, política educacional.

Assumo a hipótese de que o discurso do “novo normal” da educação (superior) tem servido de artifício retórico para conferir eloquência a narrativas e especulações interessadas em normalizar mudanças já em andamento ou a serem implementadas no âmbito das instituições e sistemas de ensino. Ademais, entendo que boa parte dos relatos amparados pelo lema “pós COVID-19”, na verdade, não expressam demandas inteiramente originais, constituindo-se, em sua maioria, como versões recontextualizadas e reeditadas de proposições e diagnósticos preexistentes. Não obstante, isso não significa que sejam inválidas ou desprovidas de relevância. Pelo contrário, a maior parte dessas considerações merece ser levada a sério, seja como horizonte a ser perseguido, seja como conjunto de tendência dignas de preocupação. Com base no artigo supracitado, elenco a seguir as principais observações envolvendo o “velho” no “novo normal” pós pandêmico associado à educação superior.

## **“O ENSINO PRESENCIAL É INSUBSTITUÍVEL”**

Com a generalização das medidas de distanciamento social, as aulas presenciais figuraram entre as primeiras atividades amplamente suspensas. Escolas e universidades se viram obrigadas a interromper sua rotina de trabalho, somando esforços para reduzir os índices de transmissão do coronavírus. Ao mesmo tempo, essas instituições também se empenharam na tentativa de evitar uma paralisação completa dos anos e semestres letivos, investindo em estratégias ligadas ao ensino on-line, deslocando professores e estudantes das salas de aula físicas para os ambientes virtuais de aprendizagem. Com isso, inúmeras experiências e experimentos pedagógicos foram (e continuam sendo) realizados sob o emblema da “educação remota”.

Em contrapartida, tais esforços aparentemente não conseguiram uma adesão equivalente ao ensino presencial por parte das turmas. Essa dificuldade está associada a fatores diversos, dentre os quais, destacam-se: a) desigualdade no acesso à infraestrutura tecnológica necessária para o acompanhamento das aulas e realização das tarefas on-line (internet banda larga, computadores

e softwares específicos); b) baixo nível de competência digital entre docentes e discentes; e c) sobreposição dos espaços-tempos de ensino-aprendizagem on-line com os contextos domésticos e de trabalho<sup>2</sup>. A isso, soma-se o caráter iminente e, em muitos casos, precipitado da transposição de cursos presenciais para o ciberespaço. Em geral, “[...] a abordagem adotada ignora as possibilidades do texto digital e do mundo da mídia em que os alunos já vivem e não forneceu tempo para que os professores criassem um espaço de aprendizagem digital que aproveitasse seus benefícios.” (PETERS *et al.*, 2020, p. 38, tradução livre).

A esse respeito, Nicholas Burbules<sup>3</sup> aponta que, ao mesmo tempo em que preenche lacunas históricas do ensino presencial, a educação on-line também revela e produz novas formas de exclusão:

Enquanto o on-line é normalmente apresentado como uma forma de expandir o acesso a oportunidades de aprendizagem, tanto em termos de evitar os custos de mobilidade ou re-locação, quanto de permitir que as pessoas busquem empregos em tempo integral enquanto também buscam diplomas, a experiência atual de transposição não voluntária em aulas virtuais está destacando outras dimensões de acesso desigual: regiões com wi-fi deficiente ou inexistente; alunos com equipamento de qualidade inferior ou nenhum; e níveis diferenciados de conforto e experiência com aplicativos como Moodle ou Zoom. Se não tomarmos cuidado, o que ganhamos ao expandir o acesso às oportunidades de aprendizagem para alguns será contrabalançado pela perda de oportunidades para outros. Nem toda reforma [educacional] é um ganha-ganha (PETERS *et al.*, 2020, p. 21, tradução livre).

Desse modo, ainda que cumpra papel fundamental na redução dos prejuízos decorrentes da restrição do acesso às instalações físicas das universidades (salas, laboratórios, bibliotecas), o ensino remoto emergencial representa tão somente uma solução “band-aid<sup>4</sup>”: um cuidado paliativo que tem a finalidade de reduzir os danos gerados pela pandemia à educação formal.

## “MENOS RECEIO EM RELAÇÃO AO ENSINO ON-LINE”

Ainda que soe contraditório em relação ao que acabo de dizer, práticas pedagógicas desenvolvidas em circunstâncias de isolamento social também têm ajudado a ressignificar o ensino on-line, modificando sua imagem entre os alunos e profissionais da docência que nunca haviam atuado nessa área – mas que foram pressionados a isso pelas circunstâncias da pandemia. A COVID-19 estimulou o contato com uma gama de estratégias e metodologias já populares no âmbito da educação digital, como o ensino híbrido, a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em problemas, a gamificação, entre outras. Logo, mesmo diante de todas as vicissitudes relatadas, professores e estudantes têm descoberto formas alternativas de ensinar e aprender.

Trata-se de um contexto favorável à identificação de diferentes tipos de modalidades de ensino mediadas por tecnologias de informação e comunicação, bem como ao reconhecimento das nuances

---

<sup>2</sup> Diferentemente da imersão proporcionada pelas salas de aula físicas, as atividades realizadas em ambientes virtuais de aprendizagem frequentemente coexistem com as realidades privadas de professores e alunos, por vezes concorrendo com as contingências do cotidiano (cuidado dos filhos, ausência de espaços adequados para estudo/trabalho). Essa sobreposição é um fator decisivo que interfere no desempenho e na disponibilidade dos agentes envolvidos em modalidades educacionais on-line.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Estudos em Política Educacional da Universidade de Illinois, Estados Unidos, além de autor do ensaio “*Lessons from the coronavirus: what we are learning about online learning*” (Lições do coronavírus: o que estamos aprendendo sobre educação on-line).

<sup>4</sup> Peters *et al.* (2020, p. 37).

existentes entre elas. Principalmente, serve para mostrar que os “testes”, “ensaios” e “improvisos” feitos em nome da educação remota não podem ser confundidos com modelos pedagógicos formais e estabelecidos (Como a própria EAD).

A transferência de cursos presenciais para ambientes on-line não se resume a uma mudança meramente superficial. Não consiste em trazer uma “roupagem diferente” a um conteúdo que permanecerá estruturalmente intacto. As tecnologias não são neutras: cada meio suporta modos de interação e comunicação próprios que, ao operar em função de linguagens e ferramentas singulares, alteram a própria composição da mensagem. Do mesmo modo, a entrada no território digital modifica a natureza e a manifestação do(s) objetos de conhecimento abordados, impondo tanto a necessidade de uma nova visão acerca dos conteúdos e competências de ensino, quanto a reformulação dos objetivos de aprendizagem, visando a sua adequação às possibilidades técnicas e pedagógicas oferecidas pelas salas de aula virtuais.

A legitimidade de modalidades pedagógicas alternativas está mudando para aqueles que antes as viam com desconfiança, pois agora essas pessoas têm adquirido alguma experiência com elas. Embora não expostos a uma modalidade on-line em seu sentido mais amplo, talvez eles estejam vendo que o on-line ou o híbrido não são o mesmo que instrução em sala de aula, e que não consistem simplesmente em transferir o conteúdo presencial para um ‘sistema de entrega’ (*delivery system*) diferente. Ver que o ensino on-line ou híbrido não são o mesmo que ensino remoto emergencial pode ajudar a desenvolver uma compreensão mais profunda das complexidades do verdadeiro design de um curso on-line. O on-line tem sua própria acessibilidade, suas próprias vantagens e desvantagens, assim como a sala de aula convencional - e parte deste *insight* envolve aprender a pesar os prós e contras de ambos os lados, não comparando a instrução em sala de aula como o modelo ideal com a on-line como uma imitação pálida da coisa ‘real’ (PETERS *et al.*, 2020, p. 21, tradução livre).

Mesmo sendo um reflexo involuntário das medidas de distanciamento social, o contato cotidiano de professores e estudantes com práticas de ensino on-line tem criado condições favoráveis para o despertar de um novo olhar acerca de modalidades educacionais mediadas por computador, ajudando no reconhecimento e validação de abordagens pedagógicas emergentes capazes de enriquecer e cooperar com práticas educativas tradicionais.

## “OUTRAS DESCONFIANÇAS SE REAFIRMAM”

De antemão, é importante estabelecer um fato: “a educação a distância chega a contextos que o ensino presencial (ainda) não alcança”. Essa afirmação está associada à distinção existente entre os modos de organização dos processos de aprendizagem das referidas modalidades de ensino. Os principais modelos pedagógicos contemporâneos da EAD se baseiam na comunicação mediada por computador e na conectividade permanente à rede, instituindo cursos dotados de conteúdos, atividades, interações e materiais didáticos ubíquos, isto é, acessíveis a qualquer hora e em qualquer lugar. Para isso, afastam-se de concepções educacionais baseadas na instrução direta, as quais normalmente se manifestam em projetos formativos alicerçados no “evento-aula”: situação em que docentes e discentes interagem em tempo real sob a regência do primeiro, num mesmo espaço físico ou virtual, no intuito de alcançar objetivos de aprendizagem preestabelecidos. Ou seja, a maior parte dos cursos a distância rompe com a tradição de aulas expositivas que orienta o ensino presencial, forçando a redefi-



nição dos papéis primários de alunos e professores: enquanto os primeiros adquirem maior autonomia e protagonismo na construção de seu próprio conhecimento, os últimos deixam o centro processo de aprendizagem e passam a se concentrar em funções de apoio e motivação.

Esses atributos têm evidenciado as vantagens da EAD em relação a outras modalidades institucionalizadas de ensino. Entre elas, está a já mencionada possibilidade de ocupar territórios que a educação presencial ainda não conquistou. À sua maneira, os cursos on-line têm ajudado a ampliar o acesso à formação superior, atingindo, inclusive, públicos historicamente preteridos, como os estudantes-trabalhadores com jornadas de trabalho irregulares, moradores de regiões rurais/áreas remotas, e demais grupos não atendidos por cursos presenciais com oferta noturna.

Ademais, a EAD também é um sistema com altíssimo potencial rentável, já que é capaz alcançar nichos de mercado ainda não contemplados pelo ensino off-line. Via de regra, a implementação de cursos a distância demanda um investimento reduzido em termos de infraestrutura e recursos humanos, já que, ao invés de campus e professores, suas atividades essenciais se baseiam em profissionais e unidades acadêmicas de menor custo – respectivamente, tutores e polos de apoio presencial. Por conta disso, mesmo apresentando taxas de evasão consideráveis, a EAD se tornou uma grande aposta tanto em instituições públicas de ensino interessadas em ampliar – de modo barato – o acesso a cursos de graduação e pós, quanto de empresas do ramo educacional ávidas para elevar seu faturamento.

Ao mesmo tempo, a popularização da EAD tem despertado inúmeras preocupações. Boa parte delas diz respeito ao trabalho docente, suas transformações e novas configurações frente à cultura digital. Amplamente criticado por analistas e pesquisadores da área, os modelos de negócio dominantes da EAD há muito são acusados de promover formas discretas de proletarização do magistério superior. Isso pode ser observado na popularização de práticas de gestão controversas, como a crescente substituição de carga horária em sala de aula por períodos “flexíveis” de atendimento on-line, mesmo em cursos classificados como “presenciais”. Para os docentes, essa política frequentemente tem resultado tanto em perdas salariais e erosão de direitos trabalhistas, quanto no alongamento das jornadas de trabalho mediante a instauração de regimes de disponibilidade on-line permanente e irrestrita.

No horizonte da pandemia, a consagração de sistemas pedagógicos híbridos ou totalmente on-line tem ligado sinais de alerta no campo educacional. Além de uma resposta emergencial para a educação em contextos de distanciamento social, a “educação remota” também é um teste para gestores, docentes e demais profissionais da área, na medida em que as experiências desenvolvidas sob essa lógica no presente podem servir como “cases de sucesso” capazes de, em médio e longo prazo, legitimar tendências e políticas que se perpetuarão para além da própria pandemia. Portanto, é essencial manter a postura de cautela diante de prováveis tentativas maliciosas de camuflar, sob o rótulo de inovação pedagógica inevitável, os vícios e retrocessos presentes em diferentes ramos da educação on-line. Como aproveitar as contribuições didático-pedagógicas da cultura digital, sem incorrer nos riscos de precarização e sucateamento da atividade docente observados em modelos educacionais emergentes?

## **“A CRISE AMBIENTAL GLOBAL COMO DESAFIO ÀS UNIVERSIDADES”**

Em que sentido a pandemia de COVID-19 representa algo propriamente novo? Assim indaga Gary McCulloch<sup>5</sup>, para quem o coronavírus, sob a ótica da história da humanidade, não representa um

---

<sup>5</sup> Professor do Instituto de Educação da *University College London*, Inglaterra, é autor do ensaio “*COVID-19, education and the new abnormal*” (COVID-19, educação e o novo anormal).

fato inédito, e sim reafirmação de um padrão muito antigo: a contraofensiva de doenças infecciosas ao crescimento da resistência humana a agentes patológicos (PETERS *et al.*, 2020). A exemplo da peste bubônica no século XIV, da gripe espanhola no século XX e da “gripe suína” (vírus H1N1) no século XXI, a COVID-19 é a manifestação de um princípio ecológico familiar à história da epidemiologia, caracterizando-se como mais um episódio de uma longa série de pragas e doenças infecciosas que ameaçam a humanidade e perturbam o curso normal da vida em sociedade.

Para McCulloch, a novidade no atual cenário é o fato de, pela primeira vez na história, uma linhagem patológica tão poderosa colidir com a sociedade humana num estágio tão avançado de globalização:

As viagens internacionais e a revolução digital transformaram as comunicações globais. Ao mesmo tempo, pelo menos no ocidente e nas classes sociais mais privilegiadas, os avanços científicos e médicos criaram a ilusão de que a humanidade pode se controlar ou se isolar das demandas da natureza e das limitações do planeta. A combinação dessas características com o coronavírus cria um choque no sistema, uma desilusão que leva a profundas consequências sociais, econômicas e educacionais: o novo anormal (PETERS *et al.*, 2020, p. 3, tradução livre).

Em meio à desilusão e à nova anormalidade geradas pelo vírus, é comum que o quadro pandêmico seja encarado como estopim para transformações há muito desejadas. Um dos principais eixos desse debate denuncia contradição observada entre o atual estado ímpar de desenvolvimento científico e o cada vez mais iminente risco de catástrofes ambientais. Esse fato insinua o impacto insuficiente dos saberes e das tecnologias do presente na produção de respostas contundentes à acelerada degradação ecológica que ameaça extinguir as condições de vida no planeta. Inclusive, são cada vez mais fortes os indícios de que a maior incidência de epidemias e surtos virais observada ao longo das últimas décadas está intimamente relacionada a diferentes formas de destruição do meio ambiente, como o desmatamento<sup>6</sup>.

O desconforto criado por essa correlação dá brecha a inúmeros questionamentos acerca dos papéis cumpridos pelas universidades e pelo conhecimento acadêmico nesse cenário. Convém esclarecer que essa reflexão não deve se pautar numa visão messiânica da ciência, para a qual esta é dotada dos poderes para, por si só, alterar as condições materiais de existência humana, à revelia das disputas de poder e interesse existentes no campo político. Em última análise, trata-se de compreender a que projetos de mundo e sociedade as instituições de ensino superior têm servido, e como estes têm corroborado com a constituição de diferentes formas de (in)sustentabilidade perpetuadas em seus currículos de formação e modos de integração com as comunidades dentro e fora das universidades.

## **“PENSAR (E AGIR) PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DISCIPLINARES”**

O debate sobre as funções da universidade frente aos grandes desafios globais traz à tona as conexões nem sempre harmônicas entre ciência e política. Para Paul Gibbs<sup>7</sup>, esse vínculo tem sido evidenciado pela pandemia, contexto em que os trabalhos de cientistas e institutos de pesquisa são abraçados seletivamente por políticos e governantes, transformando-se em justificativas que, por ve-

<sup>6</sup> Mais detalhes em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-06/70-dos-ultimos-surtos-epidemicos-comecaram-com-o-desmatamento.html?fbclid=IwAR2QScdKhkKt6vaRcShm4Fil-egYNcT9dRXjZ-qbK5zRIwFV\\_qmpAib-2UE](https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-06/70-dos-ultimos-surtos-epidemicos-comecaram-com-o-desmatamento.html?fbclid=IwAR2QScdKhkKt6vaRcShm4Fil-egYNcT9dRXjZ-qbK5zRIwFV_qmpAib-2UE)

<sup>7</sup> Professor do departamento de educação da Universidade de Middlesex, Londres, Inglaterra, além de autor do ensaio “*Transdisciplinary possibilities after the pandemics*” (possibilidades transdisciplinares depois da pandemia).

zes, ajudam a legitimizar interesses particulares em detrimento bem estar geral. Na ótica do autor, a ciência sempre esteve associada a diferentes sistemas de controle e hegemonia que, atualmente, estão fortemente apoiados nos sofismas hipersimplificados dos representantes políticos.

À revelia de seu rigor metodológico, sua sistematicidade e autonomia interna que convergem em prol da produção de conhecimentos dotados de alta confiabilidade, a atividade científica não está imune a tentativas de cooptação e instrumentalização por parte de outros poderes constituídos. Por essa razão, a ciência deve manter uma postura de abertura e autoavaliação permanentes não apenas no que diz respeito a seus instrumentos e técnicas de investigação, mas sobretudo em relação às suas posições epistêmicas dominantes, bem como à influência destas sobre a (re)formulação dos objetivos e compromissos sociais das universidades.

Mais uma vez, a pandemia é encarada como uma ocasião propícia para a realização de mudanças e reviravoltas na educação superior. No entendimento de Gibbs, as universidades têm se resumido a uma linha de produção de “técnicos especialistas” confinados nos limites de suas respectivas áreas do conhecimento e disciplinas. Esse padrão, segundo ele, demonstra que os cursos superiores tendem a não abraçar concepções ampliadas de formação, concentrando-se em treinar indivíduos e profissionais incapazes de pensar (e atuar) holisticamente (PETERS *et al*, 2020, p 4). Trata-se de uma abordagem insistentemente contestada pelas perspectivas acadêmicas alinhadas ao princípio da transdisciplinaridade.

Sob esse pano de fundo, a COVID-19 tem ajudado a evidenciar os limites da racionalidade disciplinar frente às demandas mais urgentes de nosso tempo. Fora do âmbito acadêmico, uma das principais preocupações expressas por políticos e gestores envolve a construção de uma retórica tranquilizadora – e por vezes ilusória – sobre a relação inerentemente conflituosa entre saúde e economia. Temendo o agravamento de inevitáveis perdas na arrecadação, líderes nacionais e distritais têm relativizado a importância das medidas de distanciamento social, ignorando os riscos da não interrupção de atividades comerciais e demais focos de aglomeração, mesmo ao arrepio das recomendações de médicos e sanitaristas.

Em certa medida, a dualidade saúde-economia espelha tensões existentes no interior do campo acadêmico que frequentemente se manifestam na forma de hierarquias instituídas entre diferentes ramos do saber – como ocorre na cada vez mais nítida marginalização das humanidades. A exemplo de outros problemas de escala planetária, o coronavírus é um fenômeno complexo e multidimensional que exige respostas integradas. Destas, por sua vez, pode vir o impulso para a superação de falsas dicotomias que alimentam lógicas binárias perigosas, como aquela que vemos em funcionamento na restrição do debate público sobre a pandemia à escolha supostamente conciliável entre “salvar vidas” ou “evitar a falência.”

Nossas universidades precisam garantir a reconstrução de seus currículos reconhecendo que é a vontade individual que precede o intelecto e no que ensinamos, ou somos ensinados, deve abraçar a unidade, a verdade e a bondade de todos os seres. Tal pensamento é sustentável, pensamento transdisciplinar e não deve ser uma reflexão tardia de métricas, modelos e experimentos, mas como uma característica deles. As universidades precisam proteger seus alunos da retórica totalizante da ciência e ensinar suas comunidades a avaliar criticamente a ciência e contextualizar dentro de um discurso de amor, empatia e simpatia. Precisamos que as universidades funcionem como lugares de compaixão, aprendizado e, acima de tudo, sabedoria; não como formas de maquinações do governo e interesses comerciais centrados no lucro e nos votos (PETERS *et al.*, 2020, p. 4, tradução livre).

Na educação superior, a transdisciplinaridade representa tanto uma preocupação cognitiva e epistemológica, quanto um princípio ético e político. Ela envolve a constituição e o fortalecimento de contextos de acolhimento capazes de reunir sujeitos, comunidades e formas de conhecimento plurais no seio das universidades. Estas, por sua vez, devem ultrapassar suas próprias fronteiras, inserindo-se em fóruns e espaços públicos de participação, debate e deliberação que, por meio do diálogo entre diferentes instituições, encorajam e alimentam uma cultura genuinamente democrática. A intenção é viabilizar a construção de soluções circunstanciadas que reconheçam a legitimidade de atores comunitários heterogêneos, bem como formas alternativas de saber, não se restringindo àquelas passíveis de validação objetiva pelo crivo de técnicos e especialistas.

## “FAZER MAIS COM CADA VEZ MENOS”

De todas as manifestações do “velho” no “novo normal” pós pandêmico, talvez o exemplo mais emblemático seja a tendência mundial de redução de custos na educação superior. É uma preocupação em ascensão em universidades públicas, privadas e até mesmo em instituições “públicas-pagas”, como as de países como os Estados Unidos. Nestes, é cada vez mais nítida a inquietação de reitores, diretores e superintendentes em relação ao crescente endividamento estudantil. Com frequência cada vez maior, os vultuosos empréstimos contratados com a finalidade de saldar despesas educacionais obrigatórias têm produzido índices preocupantes de inadimplência, comprometendo por anos ou mesmo décadas a saúde financeira (e mental) dos estudantes universitários. Em decorrência do quadro de instabilidade econômica gerado pelo coronavírus, muitas empresas fecharam suas portas, pessoas perderam seus empregos e, com isso, o pagamento de taxas acadêmicas transformou-se numa tarefa ainda mais difícil. Como apontam Mary Kalantzis e Bill Cope<sup>8</sup>, esse pode ser o prenúncio de uma crise estrutural profunda.

Esse também é um terreno fértil para a inoculação e disseminação de políticas neoliberais no seio do ensino superior. Com a já referida queda de receita provocada pelo fechamento de estabelecimentos comerciais, de par com as previsões de uma lenta recuperação econômica que pode levar décadas nos países mais afetados, a COVID-19 vem reduzindo a capacidade de investimento do estado em áreas estratégicas como a educação. Por essa razão, tornou-se (ainda) mais atraente a possibilidade de transferir para a iniciativa privada a responsabilidade pela oferta e manutenção de serviços essenciais.

No contexto brasileiro, essa tendência adquiriu contornos nítidos durante as eleições presidenciais de 2018. No pleito em questão, a candidatura de Jair Bolsonaro obteve a maioria de votos com um conjunto de propostas e promessas que, além de pautas conservadoras na esfera da cultura e dos “costumes”, acenou para a drástica diminuição do estrutura do estado, bem como a redução de sua participação e intervenção na economia – ainda que, depois eleito, ações tomadas pelo seu governo tenham entrado em rota de colisão com a tônica abertamente neoliberal de seu discurso de campanha<sup>9</sup>.

Os impactos dessa conjuntura para a educação superior são cada vez mais discutidos. Desde 2015, o orçamento do Ministério da Educação (MEC) têm sofrido severos e reiterados cortes, a ponto de, em 2021, pela primeira vez desde a criação da pasta, correr o risco de contar com menos recursos

<sup>8</sup> Professores do departamento de estudos e políticas educacionais da Universidade de Illinois, EUA, são autores do ensaio “*After the COVID-19 crisis: why higher education may (and perhaps should) never be the same*” (Depois da crise da COVID-19: porque a educação superior pode (e talvez deva) nunca mais ser a mesma).

<sup>9</sup> Trata-se de uma contradição pontuada em diferentes ocasiões por diferentes instituições jornalísticas, como o Estadão (<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-e-qualquer-coisa-menos-liberal,70003171607>), Isto é (<https://istoe.com.br/o-liberal-que-virou-intervencionista/>), Globo (<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/28/governo-bolsonaro-e-menos-liberal-do-que-prega-a-equipe-economica-dizem-ex-presidentes-do-bc.ghtml>).

que o Ministério da Defesa<sup>10</sup>. No ano de 2020, a fatia do orçamento do MEC empenhada às universidades, à ciência e à pesquisa totalizou R\$ 18,5 bilhões, aproximadamente metade do valor destinado à mesma finalidade no ano de 2014 (R\$ 34,1 bilhões)<sup>11</sup>.

Um dos episódios mais representativos em termos de investidas neoliberais sobre as instituições públicas de ensino superior brasileiras ocorreu em 2019, durante a gestão de Abraham Weintraub no MEC: o lançamento do Programa Future-se. Em linhas gerais, seu objetivo explícito envolvia “dar maior autonomia financeira às universidades e institutos por intermédio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo<sup>12</sup>”. Para isso, além da obtenção recursos via empresas privadas, também previu o estabelecimento de parcerias com organizações sociais. O programa sofreu duras críticas por parte de sindicatos e entidades representativas dos profissionais da educação superior. Entre os principais problemas apontados, destacam-se, em curto e médio prazo, os riscos de enfraquecimento da autonomia pedagógica e administrativa das instituições de ensino, além da gradual desresponsabilização e desvinculação financeiras das universidades e institutos da estrutura orçamentária do poder público federal.

A pandemia de COVID-19 tornou os sistemas nacionais e regionais de ensino mais vulneráveis à racionalidade neoliberal e às políticas de austeridade. James Conroy<sup>13</sup> explica que, num contexto de capitalismo em crise, “todo o desafio é uma oportunidade” (PETERS *et al.*, 2020, p. 29) e que este cenário torna as universidades mais suscetíveis à adoção de posições baseadas em leis de “oferta e procura”, sobretudo nos países com economias em desenvolvimento: “essas instituições vão abraçar um mundo mais focado no mercado, seus acadêmicos terão controle diminuído sobre a direção intelectual de sua instituição, tendo já cedido o controle administrativo” (p. 30, tradução livre).

Em meio a uma conjuntura de investimento estatal em retração, torna-se cada vez mais árdua a tarefa de assegurar as condições de oferta de serviços universitários básicos nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. Paralelamente, eleva-se o peso de interesses privados na definição dos caminhos e do próprio futuro das instituições de públicas ensino superior, as quais se vêem mais pressionadas a incorporar um *ethos* empreendedor do qual pode depender sua própria sobrevivência. Para além da aura de inovação e produtividade, tais circunstâncias podem ser a “tempestade perfeita” capaz de escamotear a adoção de medidas excludentes sob a forma de processos de racionalização e modernização dos modelos de gestão educacional, colocando em risco esforços e conquistas históricas em prol da democratização da educação superior.

## PALAVRAS FINAIS

Este ensaio discorreu sobre a retórica do “novo normal” pós pandêmico, elencando algumas de suas (prováveis) implicações para as instituições universitárias num futuro próximo. Como já foi mencionado, é possível relativizar o status de “novidade” dessas demandas, visto que, em boa parcela, representam tão somente versões remodeladas e recontextualizadas de problemáticas e discursos já estabelecidos em debates acadêmicos. Essa observação não tem a intenção de contestar o mérito dos

<sup>10</sup> Mais detalhes em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/governo-mantem-orcamento-da-educacao-superior-ao-da-defesa-em-2021/>

<sup>11</sup> Dados extraídos do Observatório do Conhecimento. Mais detalhes: [https://www.pressione.observatoriodoconhecimento.org.br/?fbclid=IwAR2O2cagjqsqoXtMnyusq105o0BLHPxYu4wh3jeqsIAmrU4qY\\_qkLytTSIE](https://www.pressione.observatoriodoconhecimento.org.br/?fbclid=IwAR2O2cagjqsqoXtMnyusq105o0BLHPxYu4wh3jeqsIAmrU4qY_qkLytTSIE)

<sup>12</sup> Mais detalhes em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/52641>

<sup>13</sup> Professor da Universidade de Glasgow, Inglaterra, é autor do ensaio “*Higher education after the virus*” (Educação superior depois do vírus).

temas abordados, e sim favorecer sua articulação e diálogo com outras discussões em andamento, evitando a sua mistificação por parte daqueles que querem se aproveitar do efeito persuasivo exercido pelo clima de urgência instaurado pelo coronavírus.

Para isso, foram pontuados fatos e desafios associados ao “velho” no “novo normal” pós COVID-19, a saber: o caráter atemporal e imprescindível do ensino presencial; a consolidação de modelos pedagógicos on-line; o compromisso da ciência com o enfrentamento da crise ambiental planetária; a afirmação da transdisciplinaridade como princípio ético e epistêmico; e a propagação da racionalidade neoliberal nas instituições de ensino superior. Sobre estes, apresentei tão somente comentários breves que não têm a intenção de se constituir como um relato definitivo sobre os temas abordados. Esse exercício de síntese e pensamento buscou apenas demonstrar a inerente função ideológica cumprida pelo “novo normal” no âmbito educacional. Trata-se de uma noção que tem ajudado a forjar formas artificiais de consenso, atuando como veículo para leituras de mundo alinhadas a interesses particulares, as quais não raro se camuflam de diagnósticos imparciais e expressão inequívoca da vontade coletiva.

## REFERÊNCIAS

PETERS, Michael *et al.* Reimagining the new pedagogical possibilities for universities post-COVID-19: an EPAT collective project. **Education Philosophy and Theory**, London, p. 1-44, 2020.